

A EPISTEMOLOGIA DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO NA EDUCAÇÃO À LUZ DA TEORIA CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

THE EPISTEMOLOGY OF AUTHORITARIAN THINKING IN EDUCATION IN THE LIGHT OF CRITICAL THEORY: CONTRIBUTIONS AND CHALLENGES

LA EPISTEMOLOGÍA DEL PENSAMIENTO AUTORITARIO EN LA EDUCACIÓN A LA LUZ DE LA TEORÍA CRÍTICA: CONTRIBUCIONES Y DESAFÍOS

Michel Pisa Carnio*
michelcarnio@yahoo.com.br

Marcos Cesar Danhoni Neves*
macedane@yahoo.com

* Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR – Brasil

Resumo

O presente trabalho é componente de um projeto de pós-doutorado que tem como foco fazer análises do Projeto Escola Sem Partido a partir de referenciais que ajudam a caracterizar a personalidade autoritária. Por meio da apropriação das ideias de pensadores da Escola de Frankfurt, na interface entre filosofia da educação e psicanálise, este artigo visa sistematizar fundamentos epistemológicos para pesquisas voltadas ao pensamento autoritário na educação. Discutimos que a fragilidade do ego, somada à racionalidade instrumental da sociedade e a constituição familiar, resulta em projeções equivocadas sobre a educação e sua orientação formativa, o que demanda novas orientações epistemológicas para a pesquisa educacional.

Palavras Chave: Epistemologia; Pensamento autoritário e educação; Escola sem partido; Teoria Crítica e psicanálise.

Abstract

The present work is part of a postdoctoral project that has as a research focus the analysis of the Escola sem Partido Project based on references that help characterize the authoritarian personality. Through the appropriation of the ideas of thinkers of the Frankfurt School, in the interface between philosophy of education and psychoanalysis, it aims to systematize epistemological foundations for research on authoritarian thinking in education. We discuss that the fragility of the ego, coupled with the instrumental rationality of society and the family constitution, results in misleading projections about education and its formative orientation, which demands new epistemological orientations for educational research.

Keywords: Epistemology; Authoritarian thinking and Education; Unpolitical School; Critical Theory and Psychoanalysis.

Resumen

El presente trabajo es componente de un proyecto de postdoctorado que tiene como foco hacer análisis del Proyecto Escuela sin Partido a partir de referenciales que ayudan a caracterizar la personalidad autoritaria. Por medio de la apropiación de las ideas de pensadores de la Escuela de Frankfurt, en la interfaz entre filosofía de la educación y psicoanálisis, este artículo pretende sistematizar fundamentos epistemológicos para investigaciones dirigidas al pensamiento autoritario en la educación. Discutimos que la fragilidad del ego, sumada a la racionalidad instrumental de la sociedad y la constitución familiar, resulta en proyecciones equivocadas sobre la educación y su orientación formativa, lo que demanda nuevas orientaciones epistemológicas para la investigación educativa.

Palabras clave: Epistemología; Pensamiento autoritario y educación; Escuela sin partido; Teoría Crítica y psicoanálisis.

INTRODUÇÃO: ABORDAGEM CRÍTICA DO PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

No livro *Minima Moralia*, Theodor Adorno diz que “o gosto é o mais fiel sismógrafo da experiência histórica” (ADORNO, 1992, p. 127). O autor se refere à correlação - mas não determinismo - que há entre os elementos materiais de produção e reprodução da vida (aquilo denominado por Karl Marx [1818-1883] de infraestrutura) com os elementos subjetivos que permeiam os sentimentos, valores, tradições e a cultura – correspondente à superestrutura de Marx ou o *Zeitgeist* (unidade espiritual de cada época) de Max Horkheimer (1990). Em analogia, entendemos as políticas públicas como sismógrafo dos valores educacionais em vigor na sociedade contemporânea, ou pelo menos nas instâncias que detêm o poder político para implementá-las. Neste sentido, o presente trabalho se situa então dentro de um projeto mais amplo de pós-doutorado que visa avaliar as concepções e implicações das recentes políticas públicas educacionais brasileiras num ponto de vista crítico.

Nos últimos anos o Brasil vem protagonizando políticas educacionais de grande impacto para seu sistema de ensino. Num primeiro momento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Constituição Federal de 1988 e que já vinha sendo articulada no governo Dilma, sofreu grandes alterações no período pós-impeachment (2016), tanto na condução do seu processo quanto no seu conteúdo. Outra política de interesse nacional é a Reforma do Ensino Médio. Colocada em pauta às pressas pela Câmara dos Deputados – em articulação com o governo federal –, a proposta aplica ao regime educacional público uma organização de conhecimento e de formação típica do sistema privado de ensino (SESI).

Uma terceira política de influência na atualidade, contexto mais específico deste trabalho, é o Projeto de Lei popularmente conhecido como Escola Sem Partido. O PL nº 867/2015 surge como uma “reação ao fenômeno da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais”¹. Com a justificativa de combater a “doutrinação político-ideológica” e o ensino de “ideologia de gênero” nas escolas, o projeto foi considerado inconstitucional pelo ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal² e, mesmo sem ser efetivamente implementado, tem

¹ Fala do advogado Miguel Nagib em entrevista disponível no site oficial do movimento. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre>>.

² Para Barroso, a Lei 7.800/2016, do estado de Alagoas, foi questionada por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.537, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Para Barroso, a lei “É tão vaga e genérica que pode se prestar à finalidade inversa: a imposição ideológica e a perseguição dos que dela divergem”. Disponível em: <<http://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/08/ADI-5537.pdf>>.

gerado reações práticas preocupantes do ponto de vista da autonomia escolar e garantias legais e morais da docência (como um “Modelo de Notificação Extrajudicial” que pais e alunos podem mover contra os professores).

Identificando tendências de posicionamento agressivo e intolerante tanto no projeto de lei quanto nas falas de seus apoiadores, a presente pesquisa de pós-doutorado aponta a necessidade de construir e consolidar fundamentos teórico-metodológicos orientados à necessária resistência e sobrevivência do pensamento crítico no cenário educacional brasileiro. Em convergência com pesquisas atuais na educação que procuram desmistificar a imparcialidade, neutralidade e validade das ideias do referido projeto (ALGEBAILLE, 2017; FRIGOTTO, 2017; PENNA, 2017; RAMOS, 2017), algumas perguntas se colocam como orientadoras do trabalho: que elementos de pensamento autoritário permeiam o Escola sem Partido? Como ideias tão dissidentes e antidemocráticas são tão amplamente aceitas? Quais critérios e fundamentos devem ser observados pela pesquisa na área da educação e educação científica ao abordar tais temáticas?

Assim, explicita-se como objetivo do trabalho sistematizar fundamentos epistemológicos críticos para pesquisas voltadas ao pensamento autoritário na educação. Passamos, então, a apresentar contribuições dos pensadores da Escola de Frankfurt sobre a compreensão de como se constitui e como atua o pensamento autoritário.

A TEORIA CRÍTICA E O PENSAMENTO AUTORITÁRIO

O termo Teoria Crítica se refere tanto ao conjunto de pensadores alemães que participaram do Instituto de Pesquisa Social, na Universidade de Frankfurt na Alemanha da década de 1930, quanto às ideias e teorias derivadas de suas pesquisas. Em oposição à fragmentação do conhecimento consolidada principalmente pela ciência moderna (positivista), as pesquisas eram orientadas de forma interdisciplinar, com a apropriação e articulação de conhecimentos oriundos da filosofia, sociologia, história, arte, cultura, direito, música, psicologia e psicanálise.

Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Herbert Marcuse (1898-1979) e Walter Benjamin (1892-1940) estão entre os autores da conhecida “primeira geração” da Escola de Frankfurt, cujas algumas problemáticas centrais eram refletir a razão moderna como retorno à mistificação e também a perda da capacidade de fazer experiências autênticas na modernidade. Segundo eles, não só os condicionantes materiais da vida pressionavam aos sujeitos formas de

exploração, alienação e assujeitamento frente à realidade opressora, mas também as próprias linguagem e cultura, por serem constituídas dentro dessa sociedade, acabavam se tornando mecanismos mais refinados e profundos de reprodução da dominação externa frente a consciência.

Quanto mais as ideias se tornam automáticas, instrumentalizadas, menos alguém vê nelas pensamentos com um significado próprio. São consideradas como coisas, máquinas. A linguagem tornou-se apenas mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção da sociedade moderna (HORKHEIMER, 1990, p. 27).

Por considerar que a reflexão social é um momento da ação social (NOBRE, 2011), e esta ação pode sempre estar sujeita à equívocos e contradições, a Teoria Crítica demanda constante reflexão das suas próprias bases, negando “considerar o marxismo como um corpo acabado de verdades” (PUCCI, 1994, p. 15).

A descendência judia de muitos dos frankfurtianos foi alvo da ascensão e perseguição do nazifascismo na Europa, tendo levado ao exílio de Horkheimer e Adorno nos Estados Unidos e ao suicídio Walter Benjamin, em 1940, na fronteira da França com a Espanha. Assim, no estudo conhecido como *A Personalidade Autoritária*, Adorno e colaboradores (1950) se perguntam por que as pessoas atentam contra seus próprios interesses.

A investigação se dedicava a investigar a predisposição dos americanos em aceitar ideologias antidemocrática e fascista por meio de quatro escalas: Escala de Antissemitismo (AS), Escala de Etnocentrismo (E), Escala de Conservadorismo Político-Econômico (CPE) e a Escala de Fascismo (F)³. Por meio desse estudo, identificou-se que, ao contrário dos indivíduos autônomos, os sujeitos susceptíveis à propaganda antidemocrática manifestam entre si características muito comuns, de forma que a identificação e a investigação dessas qualidades permitiu compor a Síndrome Autoritária. Nesse quadro, a falta de sintonia com um superego regulador tornaria o ego frágil, e este projetaria para as coisas aquilo mesmo que lhe constitui, fazendo falsas projeções da realidade e criando cenários que se assemelhariam à paranoia (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

³ A Escala F continha as categorias: a submissão autoritária, a agressividade autoritária, o convencionalismo, a projetividade, a anti-introspecção, a preocupação com o comportamento sexual das pessoas, a valorização do poder e da dureza, a superstição e a estereotipia, a destrutividade (ou visão catastrófica do mundo) e o cinismo.

ESFERAS DE INFLUÊNCIA NO PENSAMENTO AUTORITÁRIO: OLHARES DIALÉTICOS PARA O CULTURAL, O FAMILIAR E O INDIVIDUAL

[Considero o homem] [...] um aluno de todos os objetos que o rodeiam, de todas as situações em que o coloca o acaso, enfim de todos os fatos que lhe acontecem (Claude Adrien Helvétius, 1778, apud HORKHEIMER, 1990, p. 213).

Em *Sobre a relação entre sociologia e psicologia*, Adorno se dedica a discutir os fundamentos que devem sustentar as análises que pretendem contemplar a influência do contexto na constituição do sujeito. Segundo ele, “desconsiderando se a diferença reside na própria coisa, reserva-se ao arbítrio das disciplinas separadas pela divisão do trabalho a escolha do direcionamento do olhar: social ou psicológico” (ADORNO, 2015, p. 73). Assim:

A separação entre sociedade e psique é falsa consciência; ela eterniza categorialmente a clivagem entre sujeito vivo e a objetividade que impera sobre os sujeitos mas que provém deles. Não se pode, entretanto, retirar a base dessa falsa consciência através de um critério metodológico (ADORNO, 2015, p. 74).

Para o autor, entre indivíduo e sociedade não haveria uma relação de inclusão, ao modo de gênero e espécie, ou de oposição simples, entre abstrato e concreto, mas de “[...] contradição real, entre particular e universal” (ADORNO, 2015, p. 29). Ao buscar não dicotomizar sociedade e indivíduo, Adorno critica as tentativas de “sociologização da psicanálise” (p. 43).

[...] conclui-se que a autêntica ciência deve olhar detidamente para a ação recíproca entre fatores sociais e psicológicos, e que, portanto, o objeto da análise não deve ser a dinâmica pulsional atomisticamente isolada no interior dos indivíduos, mas sim o processo vital em sua totalidade (p. 44).

Assim, para além do olhar fragmentário e simplificador da pesquisa que procura conciliar totalmente ou romper totalmente essas duas instâncias, a premissa defendida é que as bases teórico-metodológicas da pesquisa não devem abstrair da complexidade do fenômeno em questão.

Num primeiro momento importa reconhecer a influência da sociedade do **contexto histórico e cultural** no desenvolvimento do pensamento social.

Como traçado por Freud em *Mal-estar e civilização* (2011), a pressão civilizatória tem seus custos no que confere à economia psíquica dos sujeitos. Em prol da viabilidade da convivência social por meio do estabelecimento de condutas e valores que são mais ou menos legitimados pelo coletivo,

coloca-se um filtro naqueles desejos e pulsões que em tempos primitivos seriam expressados, o que gera a necessidade da mediação do Ego entre os impulsos do id e a fiscalização do superego.

Na *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) aprofundam discussões sobre a maneira como o progresso (principalmente o científico e tecnológico) sempre traz consigo elementos de regressão (social e ambiental). Desta feita, para os frankfurtianos a mudança do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista teria suprimido o ideal de Ego que orientava a constituição de estruturas psíquicas fortes. Pois,

[...] a autoridade na qual estava baseado, que era, de certo modo, economicamente independente, foi substituída pelo funcionário ou desempregado do século XX. Com isso, queremos dizer que essa nova autoridade, comum no capitalismo tardio, constitui a referência para um Ego que tem dificuldades de realizar experiências e que, por isso, tende a ver o mundo a partir de estereótipos (CAMPANHARO, 2014, p. 155).

Em um diagnóstico mais contemporâneo, Habermas (1968) define duas transformações na estrutura da sociedade que conseqüentemente alteram as relações sociais: o fortalecimento do Estado no que se refere tanto à intervenção na economia quanto na provisão dos direitos sociais, e a autonomia das forças produtivas das relações de produção, com o uso das técnicas e ciências substituindo a mão de obra humana. Isso decorreria na despolitização das massas, na medida em que o enquadramento das estruturas do estado dentro de indicadores pré-selecionados transformaria o planejamento social em um tipo de véu tecnológico. No lugar de uma consciência política, tem-se a consciência tecnológica, uma consciência que reduz a si mesmo e aos outros a objetos técnicos, alcançando o grau mais avançado da reificação (CROCHÍK, 1990).

Conforme as exigências sociais cobram mais ou menos exposição e posicionamento dos cidadãos, o processo de interiorização da coação - que se dá a nível **familiar** - o leva a desenvolver características de submissão ou oposição ao existente. Assim, a família, “com relativa autonomia e capacidade de resistência, se mostra em todos os momentos dependente da dinâmica de toda a sociedade” (HORKHEIMER, 1990).

Horkheimer (1990) se utiliza dos conceitos de repressão e sublimação para explicar a relação da realidade social com a criação familiar. Segundo ele,

Para a formação do caráter autoritário é especialmente decisivo que as crianças sob a pressão do pai aprendam a não atribuir cada insucesso a suas causas sociais, mas a deter-se nas razões individuais e a hipostasiar estas, ou religiosamente como culpa, ou naturalisticamente como falta de vocação (HORKHEIMER, 1990, p. 221).

Essa “má consciência” formada no âmbito familiar colabora com que o resultado da educação paterna sejam pessoas que desde o princípio procuram a falha em si mesmas. Assim, aquilo que em outras épocas era visto com bons olhos, em decorrência da maior dependência da capacidade individual, “atualmente, o coercivo sentimento de culpa, na forma de uma permanente predisposição ao sacrifício, impede a crítica da realidade” (HORKHEIMER, 1990, p. 221-222).

No âmbito **individual** Adorno tem grandes contribuições, se apropriando da teoria freudiana a respeito da constituição do aparelho psíquico. Sua concepção conserva o pressuposto segundo o qual o psíquico é constituído a partir da relação entre os princípios de realidade e prazer. Porém, enquanto para Freud a satisfação da pulsão consiste em atender um desejo profundo inconsciente, Adorno vê a primazia do momento social na categoria de necessidade

[...] a necessidade é uma categoria social. A natureza, a ‘pulsão’, está contida dentro dela [...] Toda pulsão está tão socialmente mediada que seu componente natural não aparece nunca de forma imediata, mas sempre como algo produzido pela sociedade (ADORNO, 2015, p. 365).

Assim, o autor critica apropriações que consideram a identidade pré-constituída, uma “totalidade originária, harmoniosa e unificada”. O Ego cumpre um papel fundamental na adaptação e na autonomia do indivíduo, no sentido de que “[...] uma personalidade madura [...] estará mais próxima de conquistar um sistema de pensamento racional que uma personalidade imatura [...]” (Adorno et al., 1950, p. 36). Porém, os processos de integração das sociedades administradas têm debilitado o ego dos sujeitos (GOMIDE, 2011, p. 127-128).

Nas sociedades geridas pela razão instrumental prevalece o que Adorno denomina de “mentalidade do ticket” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), que consiste na adesão imediata (e não ponderada) da realidade social por meio da aceitação passiva e da reprodução de slogans vazios cujos significados permanecem penumbrosos aos sujeitos. Nessa perspectiva, a autonomia individual desapareceu com o empobrecimento psíquico dos sujeitos face à irracionalidade objetiva (GOMIDE, 2011, p. 130).

Isso tem correspondência com o processo psicanalítico da racionalização: um mecanismo de defesa psicológico em que o sujeito tenta justificar racionalmente uma situação que seria reprovável⁴. Assim,

⁴ Quando uma pessoa faz algo de que a moral do superego desaprova (coisa do Id, provavelmente), então o ego procura defender-se pela adição de razões que tornam a ação aceitável para o superego. Assim, somos capazes de fazer algo que está fora de nossos valores e fugir sem sentir muita culpa. Racionalização está relacionada com a nossa necessidade de explicar o que acontece e manter a coerência entre ações e pensamentos. Nossa necessidade de estima também nos leva a racionalizar os

[...] o distúrbio está na incapacidade de o sujeito discernir no material projetado entre o que provém dele e o que é alheio.

[...]

Não conseguindo mais devolver ao objeto o que dele recebeu, o sujeito não se torna mais rico, porém, mais pobre. Ele perde a reflexão nas duas direções: como não reflete mais o objeto, ele não reflete mais sobre si e perde assim a capacidade de diferenciar (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, 154-156).

Reivindicando uma visão dialética de construção de consciência, defende-se que ego só é o que o mundo é para ele. A profundidade interna do sujeito reflete a riqueza de sua percepção externa. O ego petrificado (positivista ou idealista) sacrifica o espírito e impede que a projeção consciente reconheça o mundo exterior como outro (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 156). Adorno analisa a falta de reflexão como um tipo de recaída na paranoia⁵.

Em vez da interiorização do imperativo social – que não apenas lhe confere um caráter mais obrigatório e ao mesmo tempo mais aberto, mas também emancipa da sociedade e até mesmo faz com que se volte contra a sociedade – tem lugar uma identificação pronta e imediata com as escalas de valores estereotipadas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 163).

A personalidade autoritária se caracteriza não só pelas ideias interiorizadas, mas também como são interiorizadas e como são expressas. Adorno não estava preocupado unicamente com a personalidade autoritária, mas com configurações de personalidades que impediam a ação ou a existência de um ego maduro capaz de intermediar as relações entre o id e o superego, de um lado, e de si mesmo com o meio externo através do uso da razão (CROCHÍK, 1990). Para ele, “[...] o caráter fascista em potência é produto da interação entre o ambiente cultural que inclina ao preconceito e as respostas psicológicas a esta incitação” (ADORNO et al., 1950, p. 702).

outros. Disponível no link: <<https://psicoativo.com/2016/01/racionalizacao-mecanismo-de-defesa-exemplos.html>>. Acesso em setembro de 2018.

⁵ O paranoico só consegue repetir o seu eu alienado numa mania abstrata. Paranoia é o sintoma do indivíduo semiformado. É como se a promessa, feita pela serpente aos primeiros homens, de se tornarem iguais a Deus houvesse sido resgatada com o paranoico, que cria o mundo todo segundo sua imagem. Ele não parece precisar de ninguém e, no entanto, exige que todos se ponham a seu serviço. Sua vontade penetra o todo, nada pode deixar de ter uma relação com ele. Seus sistemas não têm lacunas (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 157).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de sistematizar as críticas ao Projeto Escola Sem Partido e analisar suas implicações nas práticas educacionais, propomos, a partir de pensadores da Teoria Crítica, em especial Theodor Adorno, fazer um resgate dos fundamentos epistemológicos da pesquisa que contemple os aspectos sociais, familiares e individuais que compõem a problemática, contribuindo com referenciais teóricos mais contemporâneos e que proponham elementos de resistência e emancipação às investidas autoritárias revestidas de conservadorismo na educação.

Reconhecida por conter um corpo consolidado de conhecimento sobre a temática, a Teoria Crítica tem sido apropriada nas discussões educacionais e suas implicações para a formação científico-cultural. Por ser fundamentado principalmente em leituras do pensador Theodor Adorno sobre a psicanálise, de meados da década de 50, apontamos a necessidade de estudos teóricos tenham como horizonte a construção e consolidação de perspectivas críticas educacionais capazes de identificar e combater os principais sintomas e desafios da educação contemporânea.

Referências

ADORNO, T. W. **Minima Moralia**. Tradução de Luiz Bicca. São Paulo: Ática, 1992.

ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise** / Theodor W. Adorno; tradução Verlaïne Freitas. – I ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO T. W., FRENKEL-BRUNSWICK, E., LEVINSON, D. J., & SANFORD, R. N. **The authoritarian personality**. New York: Harper & Brother, 1950.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido. Antonio de Almeida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1985.

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

CAMPANHARO, C. **A recepção adorniana de Freud no estudo da personalidade autoritária**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 164 f., 2014.

CROCHÍK, J. L. **A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica**. Psicologia-USP, São Paulo, 1(2):141-154, 1990.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo : Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

GOMIDE, A. P. Á. Psicanálise e Teoria Social à Luz da Teoria Crítica de Theodor W. Adorno. **Psicologia: ciência e profissão**, 31 (1), 120 -133, 2011.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Lisboa : Edições 70, 1968.

HORKHEIMER, M. Autoridade e Família. In: **Teoria Crítica: uma documentação**. São Paulo: Perspectiva Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 175-236.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PENNA, F. O Escola sem Partido como chave de **leitura do fenômeno educacional**. In: **FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

PUCCI, B. **Teoria Crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

RAMOS, M. N. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: **FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

Recebido em: 26/10/2018

Aceito em: 01/11/2018

Endereço para correspondência:

Nome: Michel Pisa Carnio

Email: michelcarnio@yahoo.com.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).